

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos intergovernamentais estabelecidos por acordos multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados membros. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo apresenta um resumo dos relatórios que, acatando as disposições dos artigos 127 e 91, f, da Carta, foram apresentados pelos seguintes Organismos Especializados:

- a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
- o Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN);
- a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
- o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH);
- o Instituto Indigenista Interamericano (III); e
- o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), criada em 1902 pela Segunda Conferência Internacional da Organização dos Estados Americanos, é o organismo regional especializado em saúde do Sistema Interamericano, bem como o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A missão da OPAS é “orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas”.

O Relatório Anual da Direção da OPAS referente a 2005, “Conjugar esforços em prol da saúde das Américas”, ressaltou as realizações dos Estados membros, parceiros e aliados estratégicos que colaboram com a OPAS no melhoramento da saúde nas Américas. Essas realizações estão compreendidas nas três linhas que constituem a estrutura de cooperação da OPAS que a seguir se comentam.

Abordagem da Agenda Inacabada

Com vistas à formação de consenso para reduzir a mortalidade materna nas Américas, foi criado um grupo de estudo interinstitucional, do qual a OPAS é a secretaria técnica, constituído, entre outros, pelos seguintes organismos: FNUAP, UNICEF, USAID, BID e BM. Esse grupo apoiou politicamente a redução da mortalidade materna.

Em matéria de redes sociais e prevenção da mortalidade infantil, foi acordada a Declaração de Tegucigalpa, que recomenda a preparação de uma estratégia regional para a saúde neonatal, atualmente em elaboração.

Levando-se em conta a Década Internacional dos Povos Indígenas do Mundo foram incorporados ao Plano de Ação 2005-07 a renovação da atenção primária de saúde, o acesso a água de qualidade para consumo humano, tratamento de resíduos sólidos e melhoramento de práticas higiênicas.

Quanto a nutrição e segurança alimentar no combate à pobreza, vários países do Hemisfério colaboram na promoção de iniciativas para o melhoramento da disponibilidade de alimentos, seu acesso e consumo pelos municípios mais pobres ou por áreas afetadas por desastres naturais, bem como em programas destinados à redução das causas estruturais da pobreza e da fome.

Proteção das Realizações da Saúde

Em 2005, os países vacinaram mais de 43,7 milhões de pessoas, principalmente crianças; 1,5 milhão de mulheres em idade reprodutiva e mais de 12 milhões de pessoas maiores de 60 anos de idade foram imunizadas contra gripe. A semana de vacinação de 2006 será em abril, quando se espera superar as cifras anteriores.

Em julho de 2005, foi realizada a Reunião Regional de Consulta sobre a Renovação da APS, com a finalidade de preparar um relatório expositivo, uma declaração regional e um plano de ação para todas as Américas nessa área. O Conselho Diretor dos Ministros da Saúde aprovou esses documentos em setembro de 2005.

Resposta a Novos Desafios

Quanto ao combate à infecção por HIV/AIDS, o compromisso da Cúpula Extraordinária das Américas, realizada em Monterrey, México, em 2004, com o tratamento universal para todos os necessitados, ou pelo menos para 600.000 pessoas, teve suas metas alcançadas e superadas. Em novembro de 2005, a Quarta Cúpula das Américas solicitou à OPAS que mantivesse a cooperação técnica para alcançar a cobertura universal no tratamento do HIV/AIDS, atuar na prevenção para a redução dos casos, da discriminação e do estigma dos portadores de HIV nos locais de trabalho.

Os diretores regionais dos organismos das Nações Unidas que constituem o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS (UNAIDS) realizaram atividades no sentido de fortalecer o apoio que esses organismos prestam aos países da América Latina e do Caribe no combate ao HIV/AIDS. Cumpre salientar: i) o diálogo com altos representantes de organismos regionais em Washington, D.C., para harmonizar a cooperação internacional na área do HIV/AIDS nas Américas, no decorrer da reunião anual de diretores regionais, realizada em 3 e 4 de março de 2005, na OPAS, com a presença do BID, representado por seu Presidente, Enrique Iglesias, da Agência de Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos (USAID), do Departamento de Estado e dos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC); ii) a publicação *Qué debe señalar el personal de las Naciones Unidas en América Latina y el Caribe acerca de la epidemia de VIH*; e iii) a reunião dos diretores regionais em 7 e 8 de fevereiro de 2006, inclusive um diálogo com o Fundo Global contra a AIDS, a Tuberculose e a Malária.

Também cumpre lembrar que a OPAS coordena a coalizão IACVP, voltada principalmente para jovens e gangues no plano municipal.

O novo Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que aborda assuntos como a pandemia de gripe, foi aprovado pela 58ª Assembléia Mundial da Saúde em setembro de 2005 e orientará a comunidade internacional mediante um código de conduta para as emergências de saúde pública de interesse internacional. A Quarta Cúpula das Américas solicitou aos Estados membros que ratifiquem sua adesão ao RSI com a brevidade possível.

Atenta à ameaça da pandemia de gripe, e em cumprimento aos mandatos da Quarta Cúpula das Américas, a OPAS lançou um Plano Regional Estratégico e Operacional para Responder à Pandemia de Gripe. A OPAS promove e apóia a formulação de Planos Nacionais de Preparação para uma Pandemia de Gripe na Região.

Representantes da Organização Mundial de Sanidade Animal, da FAO, do IICA e do BID se reuniram em março de 2006 na OPAS para considerar ações conjuntas de preparação para a possibilidade da chegada do vírus da gripe aviária H5N1, em aves selvagens ou de curral nas Américas.

Após a Convenção Marco para o Controle do Tabaco (CMCT), da OMS, 31 países assinaram e 16 ratificaram a legislação. No âmbito da iniciativa “América Livre de Fumo”, desde julho de 2005, nove países das Américas ratificaram a CMCT e outros três aprovaram sua ratificação.

Trabalho Conjunto

Além das três grandes ações acima referidas, há várias iniciativas conjuntas em curso, dentre as quais salientamos as que se seguem.

Mais de 65 projetos foram formulados em desenvolvimento sustentável e intervenções intersetoriais, informação sanitária e tecnologia, acesso universal a serviços de saúde, gestão de riscos, controle de doenças e saúde familiar e comunitária.

A OPAS apoiou vários países em situação de emergência (inundações e furação Jeanne, furacão Frances, inundações na Guiana, furacão Katrina e furacão Stan). Também prestou assistência técnica nos casos do terremoto no Paquistão e do tsunami na Ásia.

A OPAS vem prestando apoio especial a cinco países chave: Bolívia, Guiana, Haiti, Honduras e Nicarágua.

No que se refere à colaboração com o Sistema Interamericano, a OPAS coopera com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos na formulação de normas ou guias em direitos humanos e saúde, participa de audiências e organiza workshops de capacitação nos Estados membros para o pessoal de saúde pública e a sociedade civil.

Com a OEA, a OPAS participou de reuniões interamericanas e conferências de ministros de outros setores como trabalho, educação, meio ambiente e desenvolvimento social.

A saúde ocupou lugar de destaque na agenda da Quarta Cúpula das Américas, cuja Declaração ressaltou o fortalecimento da cooperação no combate a doenças crônicas e enfermidades emergentes e reemergentes. A OPAS recebeu solicitações no sentido de coordenar esforços regionais de luta contra o HIV/AIDS, gripe aviária e humana, promover o desenvolvimento dos sistemas de proteção social e a saúde dos trabalhadores. Membro do Grupo de Trabalho Conjunto de Cúpulas, a OPAS vem apoiando o acompanhamento e execução das Declarações e Planos de Ação das Cúpulas e apoiará a preparação das futuras Cúpulas.

Realizações

Em síntese, no período de que se trata, o plano de cooperação técnica da OPAS foi executado de acordo com o previsto no que se refere a quatro grandes temas.

As principais realizações da Agenda Inacabada se concentram em reduzir a mortalidade materna e infantil na região, melhorar a saúde dos povos indígenas e das pessoas que vivem na pobreza e atender a doenças como Chagas, filaríase, esquistossomose, tracoma e outras.

Na área da proteção das conquistas da saúde, a cobertura de vacinação manteve-se alta e a Semana de Vacinação foi um êxito em todas as Américas. Cumpre também salientar a “estratégia de municípios e comunidades saudáveis”, os processos de integração sub-regional, a saúde das populações fronteiriças, a renovação da atenção primária de saúde e o apoio prestado aos países nas políticas públicas de saúde.

No campo dos novos desafios, focaliza-se a infecção pelo HIV/AIDS, no contexto da estratégia “Três milhões para 2005”, a prevenção da violência, o controle do fumo, as emergências de saúde pública, inclusive as doenças infecciosas emergentes como a gripe pandêmica, e os preparativos e respostas em casos de desastre.

Para responder ao desafio da colaboração interinstitucional, a OPAS cooperou com diversos parceiros, inclusive os Estados membros, o Sistema Interamericano, o Sistema das Nações Unidas e outros setores no sentido de reforçar ainda mais as alianças estratégicas e formar consenso para que se continue a melhorar a saúde nas Américas.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No âmbito do Plano Estratégico 2005-08, aprovado pelo Conselho Diretor, a nova Direção-Geral do IIN e sua equipe técnica estão elaborando o Plano Programático e o Plano Operacional que permitirão dar cumprimento a seus Objetivos e Princípios Retores e alcançar o previsto na visão de futuro do Plano. Seu Conselho Diretor --integrado por representantes de todos os Estados membros-- aprovou, mediante a resolução CD/RES. 06 (79-04), a reforma do Estatuto do ex-Instituto Interamericano da Criança, atualmente denominado Instituto Interamericano da Criança e do Adolescente (IIN).

Dando cumprimento aos mandatos recebidos de seus órgãos e dos órgãos da OEA, o IIN continuou proporcionando constantemente aos Estados membros serviços e produtos. Prestou também assistência técnica para a implementação do Protótipo do Sistema Nacional de Infância (SNI) e do Sítio de Coordenação de Ações em Prol da Infância e da Adolescência (Sítio CA); para a instalação de novos centros - incluindo em Antígua e Barbuda e na Jamaica - da Rede Interamericana de Informação sobre Infância e Família (RIIN); assistência técnica e capacitação sobre Protótipos Normativos e sobre Protótipos de Políticas Públicas Focalizadas (PPF); e submeteu o Relatório Anual ao Secretário-Geral da OEA sobre a Situação da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes nas Américas.

Foram realizadas mais de 60 intervenções nos Estados membros e na sede do IIN em Montevidéu, de assistência técnica, capacitação, pesquisa, organização de reuniões, divulgação de informação, formulação de projetos, elaboração de relatórios, entre os quais merecem destaque:

- Fortalecimento dos sistemas de proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes, em aspectos chave como a monitoramento das ações governamentais na proteção da infância contra a violência sexual, a investigação do tráfico de crianças, a pornografia infantil na Internet, o estudo dos marcos normativos nestes temas e a implementação de sistemas de monitoramento de direitos (Chile, Uruguai, Paraguai, Panamá e República Dominicana)
- Pesquisa na Nicarágua e na Costa Rica de caráter complementar à execução do Projeto sobre Tráfico de Crianças, Pornografia Infantil na Internet e Marcos Normativos para o MERCOSUL, Bolívia e Chile
- Pesquisa na Costa Rica, Colômbia, Brasil e Uruguai sobre boas práticas em matéria de crianças em conflito com a legislação penal, com a realização em Montevidéu do Seminário Workshop “Boas Práticas na Execução de Medidas de Privação de Liberdade na América Latina”
- Criação de um sítio referente à Subtração Internacional de Menores por parte de Um de Seus Progenitores, no qual os Estados membros recebem informação sobre o tema
- Início de um estudo sobre “Governabilidade e Direitos das Crianças e dos Adolescentes”, que fixará as bases para uma intervenção do IIN com relação a seu Plano Estratégico 2005-08
- Realização do estudo “Situação dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes nas Américas”, diagnóstico em nível regional da situação dos direitos das crianças e adolescentes, realidade que servirá de base para a formulação de políticas e a elaboração de programas, estudo esse que foi concluído em abril de 2006
- Cooperação Técnica com a República Argentina no âmbito do Plano Nacional de Ação pelos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Conselho Nacional de Políticas Sociais da Presidência da Nação, para informar e capacitar na aplicação de diversos mecanismos para monitorar o cumprimento dos Direitos da Infância, utilizando o “Suporte para o Monitoramento de Direitos” (SMD)

A nova Direção-Geral do IIN, que assumiu suas funções em dezembro de 2005, está realizando ações para basear o trabalho do Instituto na promoção da governabilidade e na democracia no contexto de seu Plano Estratégico, pelo qual uma perspectiva fundamental da ação do IIN será a de fortalecer o relacionamento e o trabalho em rede com as outras instâncias da OEA que dedicam seus esforços à promoção e proteção dos direitos humanos no Sistema Interamericano.

Apesar da aguda crise institucional financeira e dos cortes de cargos técnicos efetuados desde 2001, o IIN está mantendo um relacionamento sustentado com os organismos da sociedade civil e buscando o fortalecimento de alianças com as autoridades dirigentes no campo da infância e da adolescência da região. Por último, com a implementação de um sistema de planejamento estratégico e monitoramento de seus programas e atividades, o IIN está empreendo gestões no sentido de uma estratégia sustentada com a cooperação internacional que lhe permita consolidar-se como a entidade técnica dirigente do Sistema Interamericano para a promoção e proteção de um setor da população que requer máxima atenção em nossa região.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA em assuntos relacionados com a mulher no Hemisfério.

As atividades da CIM em 2005 estiveram orientadas para dar cumprimento ao Programa Bienal de Trabalho 2004-06, aos mandatos aprovados pela Trigésima Segunda Assembléia de Delegadas da CIM e aos mandatos da Assembléia Geral da OEA, em seu Trigésimo Quinto Período Ordinário de Sessões, e das Cúpulas das Américas. Mereceram maior atenção o Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI) e o projeto de combate ao delito do tráfico de pessoas, especialmente mulheres, adolescentes e crianças.

Direitos Humanos e Eliminação da Violência contra a Mulher

A CIM continuou promovendo a ratificação da Convenção de Belém do Pará por parte de todos os Estados membros da OEA. Em 14 de dezembro de 2005, o Governo da Jamaica depositou seu instrumento de ratificação, com o qual a Convenção já conta com 32 Estados Partes.

Na qualidade de Secretária do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), solicitou a designação de um perito para integrar a Comissão de Peritas/os do MESECVI (CEVI) por parte dos Estados Partes. Em julho, convocou a primeira reunião da Comissão de Peritas/os do MESECVI, que foi realizada de 22 a 24 de agosto de 2005. Com base nos projetos preparados pela Secretária, a CEVI aprovou a agenda, regulamento, questionário, cronograma e metodologia de trabalho. Posteriormente, a CIM solicitou aos Estados Partes que designassem a autoridade nacional competente para servir de ligação com a Secretária. Uma vez recebidas as designações, iniciou-se a primeira rodada de avaliação, mediante o envio às autoridades nacionais competentes, do questionário para a avaliação da implementação da Convenção. As respostas aos questionários serão analisadas pela CEVI em sua primeira reunião da rodada de avaliação multilateral, a realizar-se em meados de 2006.

Além disso, com o objetivo de promover a implementação da Convenção, a CIM participou em diversos foros regionais, entre outros, o Congresso Internacional para Apoiar a Harmonização das Legislações Locais com os Instrumentos Internacionais em Matéria de Direitos Humanos das Mulheres – Vigência Plena dos Direitos Humanos no México.

Em cumprimento à resolução AG/RES. 2118 (XXXV-O/05), “Combate ao delito do tráfico de pessoas”, a CIM continuou trabalhando na luta contra o tráfico de pessoas no Hemisfério. Organizou numerosos seminários de capacitação e conscientização destinados a funcionários governamentais, parlamentares, diplomatas, funcionários policiais e de imigração, ONGs, jovens e meios de comunicação, realizados em Belize, Bolívia, Equador, Guatemala, México e Peru. Estas atividades procuram fortalecer e fomentar a capacidade a nível governamental e não-governamental para poder responder efetivamente aos problemas que representa o delito de tráfico de mulheres e crianças.

Também participou na elaboração de campanhas para a prevenção do tráfico de pessoas na Bolívia e México. Estas atividades foram levadas a cabo em colaboração com os Ministérios de Relações Exteriores, Ministérios do Trabalho e do Emprego, a Organização Internacional de Migrações, a Organização Internacional do Trabalho e ONGs.

No âmbito do Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Equidade e Igualdade de Gênero (PIA), foram realizadas várias ações entre as quais merece destaque o Projeto

Curso de Capacitação sobre Gênero, Conflito e Construção da Paz. A esse respeito, a CIM levou a cabo em Lima, Peru, o “Primeiro Curso de Capacitação sobre Gênero, Conflito e Construção da Paz: Região Andina”, iniciativa conjunta da CIM, do Escritório para a Prevenção e Solução de Conflitos (OPRC) e do programa Inclusive Security do Fundo Hunt Alternatives. Foram capacitadas 30 mulheres e homens dos países participantes que trabalham em temas de paz e segurança, para que promovam a integração da perspectiva de gênero e a participação de mulheres na solução de conflitos e construção da paz. Um segundo curso será levado a cabo na América Central em 2006. O projeto foi financiado pelo Fundo Hunt Alternatives – do qual depende Inclusive Security - e pelo Governo da República Popular da China. Foi programado um segundo curso de capacitação a levar-se a cabo na América Central em 2006.

Outra iniciativa é o Projeto de Incorporação da Perspectiva de Gênero no âmbito da OEA. Depois do êxito alcançado por esse projeto no período de 2001-03, no qual funcionários da OEA encarregados de programas e políticas receberam treinamento em matéria de gênero, o Governo do Canadá está proporcionando financiamento para cursos de capacitação adicionais. Em outubro, foi levada a cabo a sessão de coordenação da Etapa II do projeto, com a presença de funcionários de diversas repartições da OEA. De outubro de 2005 a fevereiro de 2006, foram planejadas e realizadas sessões de treinamento com funcionários de diversas unidades da OEA encarregados de programas e políticas, a fim de capacitá-los em análise de gênero aplicável ao seu setor. Foi também realizada uma sessão informativa especial para os diretores e chefes de unidades.

Estes cursos reforçam a capacitação já recebida em matéria de incorporação de uma perspectiva de gênero, abordando também outros temas, como o assédio e o abuso de poder. É de grande importância o módulo de capacitação de treinadores para institucionalizar o treinamento em matéria de gênero na OEA e criar uma equipe experimentada dotada dos conhecimentos, técnicas e materiais necessários para reproduzir o programa.

Cúpulas das Américas

Dando cumprimento à resolução CIM/RES. 230 (XXXI-O/04), “Gênero e acesso ao trabalho decente para enfrentar a pobreza e fortalecer a governabilidade democrática”, a CIM colaborou com a Secretaria do Processo de Cúpulas e as Missões dos Estados membros para assegurar a incorporação de uma perspectiva de gênero na Declaração e Plano de Ação e Plano de Ação da Quarta Cúpula das Américas. Com esse fim, a Secretaria preparou recomendações que foram submetidas ao Grupo de Revisão da Implementação de Cúpulas (GRIC), para sua consideração. A CIM também participou do Fórum de Gênero da Quarta Cúpula realizado em Buenos Aires, em abril de 2005, onde fez uma apresentação sobre as recomendações da CIM à Cúpula.

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, capacitação em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica. Tem sede no México, D.F.

As principais reuniões estatutárias quadrienais do IPGH foram realizadas em Caracas, Venezuela, de 16 a 23 de novembro de 2005, encerrando um biênio especial para o IPGH: de reengenharia em 2004 e de planejamento para o futuro em 2005. Desse modo, avançada a transição e concluída a primeira fase da reengenharia implementada, a situação financeira e administrativa da organização é melhor e há todas as condições de consolidar o IPGH como a entidade continental que apóia os Estados membros em sua tarefa de interpretação do território, com base na análise geográfica e histórica e numa visão continental.

Modernização e reengenharia do IPGH

Salientam-se a seguir algumas das principais realizações decorrentes da modernização do IPGH realizada entre 2003 e 2005.

- Redução dos custos trabalhistas totais em 37% e da folha de pagamento em 56%.
- Recuperação de 81% do devido a título de cotas dos Estados membros.
- Aumento da execução de atividades científicas em 43,7%.
- Recuperação do Fundo Operacional do IPGH e garantia da execução do Programa de Assistência Técnica de 2006.
- Criação da Rede Profissional Pan-Americana com vistas à reunião de especialistas em áreas afins às do IPGH.
- Edição e produção digital das publicações institucionais.
- Definição do IPGH como elemento de ligação regional com as principais organizações internacionais de geografia e história.

Mediante esse esforço recuperou-se a sustentabilidade do IPGH, que vive hoje de sua receita real e não apresenta déficit, revitalizou-se o sentido pan-americano do Instituto e reposicionou-se o IPGH como principal organização continental na área de geografia, história e informação espacial.

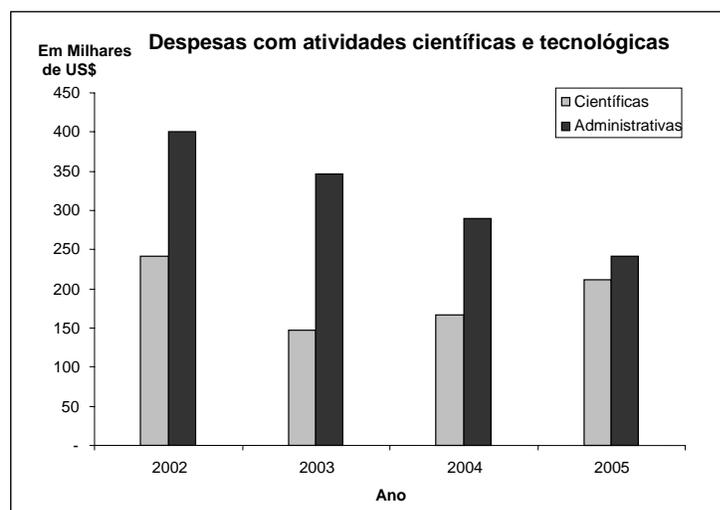
Programa de Assistência e Cooperação Técnica 2005

O Programa de Assistência e Cooperação Técnica executado em 2005 foi constituído por 28 projetos no total de US\$211.000, em benefício dos Estados membros, montante consideravelmente maior em comparação com os dos anos recentes destinados a cartografia, geografia, história e geofísica.

Também foi expedida a Convocatória 2006, mediante a qual se aprovou assistência a um total de 27 projetos num total de US\$ 163.580. Prepara-se neste momento a Convocatória 2007 destinada a incentivar e apoiar novas iniciativas pan-americanas nos seguintes temas: 1) infra-estrutura de dados espaciais; 2) ordenamento territorial; 3) nova história global aplicada à América; e 4) resposta a situações de emergência ocasionadas por desastres naturais.

**IPGH - Montantes Despendidos em 2002-05 em
Atividades Científicas e Administrativas**

<i>Atividades</i>	<i>2002</i>	<i>%</i>	<i>2003</i>	<i>%</i>	<i>2004</i>	<i>%</i>	<i>2005</i>	<i>%</i>
Científicas	241,296	38	146,831	30	165,845	36	211,000	47
Administrativas	401,198	62	345,919	70	290,110	64	241,920	53
Total	642,494	100	492,750	100	455,855	100	452,920	100



As despesas administrativas e operacionais, que significavam 62% do total em 2002, chegam hoje a 47%, ao passo que as despesas com atividades científicas passaram de 38 para 53% do total.

Programa de publicações eventuais e periódicas 2005

O trabalho de divulgação constitui uma das finalidades principais do IPGH. Neste contexto, a Secretaria-Geral levou a cabo, com resultados positivos, a produção de suas publicações em 2005, fazendo uso de um orçamento de US\$42.615 e de novas ferramentas tecnológicas incorporadas ao processo, que se traduziram em maior agilidade, economia orçamentária e eficácia editorial. Desse modo foram impressas publicações periódicas, tais como as revistas institucionais Cartográfica, Geofísica, Antropologia e Arqueologia Americana, História e Geografia e reduzido o atraso acumulado entre 2002 e 2004.

Reuniões estatutárias

As seguintes reuniões estatutárias anuais e quadrienais do IPGH de 2005 foram realizadas em Caracas, Venezuela: Sexagésima Terceira Reunião de Autoridades (15 a 17 de junho); Sexagésima Quarta Reunião de Autoridades (15 a 20 de novembro); Vigésima Reunião de Consulta de Cartografia (16 a 18 de novembro); Décima Oitava Reunião de Consulta de Geografia (16 a 18 de novembro); Décima Sexta

Reunião de Consulta de História (16 a 18 de novembro); Décima Reunião de Consulta em Geofísica (16 a 18 de novembro); Décima Oitava Assembléia Geral (20 a 23 de novembro).

Anteriormente a essas reuniões, a Secretaria-Geral cumpriu estritamente o disposto nas 31 resoluções aprovadas na Trigésima Oitava Reunião do Conselho Diretor (Costa Rica, 2004). Como resultado desses trabalhos, os Estados membros elegeram Presidente Óscar Aguilar Bulgarelli (Costa Rica) e Secretário-Geral Santiago Borrero Mutis (Colômbia) para o período 2005-09.

A Secretaria-Geral General considera que esses eventos foram relevantes, porquanto neles se conseguiu o seguinte: decidida contribuição para o pan-americanismo num contexto de pluralidade, diversidade e convergência; progresso na incorporação regional das tecnologias da informação espacial e de novas aproximações à análise geográfica e histórica em benefício da América; novo esforço por tornar o IPGH mais relevante e consolidá-lo como a organização intergovernamental em geografia e história na América.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado mediante a Convenção Internacional de Pátzcuaro, em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover atividades de pesquisa e capacitação de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas. Tem sede na Cidade do México, D.F.

No que se refere às atividades realizadas, destacam-se, dentre outras, as abaixo descritas. A Biblioteca catalogou 51.022 publicações, 32.057 artigos de revistas do acervo, 3.263 artigos de livros, 165 mapas, 774 artigos de medicina tradicional e 6.400 livros. Foi ordenado cerca de 60% do Arquivo Histórico anterior a 1980. Deu-se continuidade a sua digitalização para protegê-lo fisicamente e encaminhar posteriormente cópias aos povos indígenas. Quanto à colaboração acadêmica, a Doutora Laura Giraud, historiadora da Universidade de Milão, Itália, colaborou na revisão e ordenamento do Arquivo Histórico do III, no período de novembro de 2004 a fevereiro de 2005.

A página na Web manteve em 2005 a mesma tendência de crescimento do número de visitas de 2004. Foi iniciada a preparação para a mudança de servidor e para a ampliação das seções da página. Chega a 90% o nível de execução da pesquisa “Cantos do povo wirrírrika em sua peregrinação a Wirikuta”, financiada com a doação da Senhora Elizabeth Córdova MacArthur, recebida em 2004. Prossegue também a pesquisa “História do processo de reforma constitucional mexicana de 1992 na área indígena. Testemunho de um dos negociadores”, realizada em colaboração com o Instituto de História da Universidade de Michoacán, México, cujo nível de execução chegou a 96%.

Para a realização dos trabalhos da Biblioteca e do Arquivo Histórico no período a que se refere este relatório, contou-se com o apoio dos estudantes da Universidade del Mar, Oaxaca, e continua-se a ter a colaboração de um estudante da Escola de História da Universidade Metropolitana.

Acha-se em vias de instalação a Comissão de Viabilidade Financeira.

Quanto a eventos, foi expedida a convocação para a realização do “Proyecto Xocotzin. Venerável pequeno 2005. Tohuehuehuilli, os jogos de nossos avós”, promovido pela Secretaria de Educação Pública, pelo Governo do Distrito Federal, pela Mixtin A.C. e pelo Instituto Indigenista Interamericano, e realizado na Cidade do México.

No que se refere a publicações, em 31 de dezembro de 2005 foram publicados dois números da revista América Indígena, com o que se completaram os números de 2004 e os de 2005. Os dois números foram colocados na página do Instituto na Web para serem consultados sem custo para o usuário. Também foram publicadas em CD 32 obras constituídas de material do Arquivo Histórico do próprio Instituto.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Estimula, promove e apóia os esforços dos Estados membros por alcançar o desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Tem sede em São José, Costa Rica.

O IICA prossegue sua tarefa de promover, juntamente com os Estados membros, o desenvolvimento agrícola sustentável, a segurança alimentar e a prosperidade rural do Hemisfério.

Em 2005, o IICA intensificou a divulgação dos resultados de estudos sobre a importância real da agricultura e da vida rural, que mostram que ambas as áreas são estratégicas para o desenvolvimento integral das nações. Esta tese foi apoiada pelos Chefes de Estado e de Governo na Quarta Cúpula das Américas realizada em Mar del Plata, Argentina, e pelos Ministros da Agricultura do Hemisfério na Terceira Reunião Ministerial “Agricultura e Vida Rural nas Américas”, realizada em Guayaquil, Equador.

O Instituto contribuiu, por meio das suas unidades operacionais e escritórios, para a implementação dos mandatos emanados do processo de Cúpulas e das Reuniões Ministeriais, mediante a prestação de cooperação técnica destinada a atender às demandas dos Estados membros, promover os processos de integração, acompanhar a situação da agricultura e da vida rural no Hemisfério e facilitar o consenso hemisférico e a coordenação de estratégias e ações com outros organismos internacionais e regionais.

Na Décima Terceira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura (JIA), os Ministros reconheceram o trabalho de modernização realizado no Instituto nos últimos anos, sucedido pela harmonização de agendas e pela prestação periódica de contas. Cumpre salientar que nessa reunião o Doutor Chelston W. D. Brathwaite foi reeleito por unanimidade Diretor-Geral do IICA para o período 2006-10.

A estratégia “Trabalhando juntos” foi fortalecida mediante a ação conjunta com a OMC, a CEPAL, a OEA, a FAO, a UNESCO, a OIT, o BID, o Banco Mundial, o CATIE, o CTA, a OPAS, a USAID, a AECI e a GTZ, entre outros. Esse trabalho conjunto gerou importantes resultados em seus programas de desenvolvimento rural, negociações comerciais, sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, informação, promoção do agronegócio, inovação tecnológica, projetos de investimento, gestão ambiental e capacitação.

O IICA promoveu o desenvolvimento e o fortalecimento de capacidade e conhecimentos empresariais por meio do Programa Interamericano para a Promoção do Comércio, dos Negócios Agrícolas e da Inocuidade dos Alimentos. Esse trabalho foi realizado mediante a identificação de oportunidades comerciais, a capacitação, a facilitação do acesso a mercados como os dos Estados Unidos, Canadá e Europa, o desenvolvimento de sistemas de informação, o apoio à modernização de mercados e o incentivo à pequena agroindústria rural.

No que se refere às políticas e negociações comerciais, o Instituto ajustou suas ações de cooperação à nova realidade decorrente dos processos de liberalização e de proliferação de acordos bilaterais e multilaterais em que se desenvolvem a atividade produtiva e o comércio agrícola. Nesse sentido, continuou-se a prestar grande apoio aos escritórios de política comercial agrícola dos países, com a finalidade de facilitar as negociações comerciais agrícolas, a avaliação do impacto dos acordos comerciais no setor agropecuário e a importante tarefa de administrá-los.

Nessa mesma linha, foi implementado o programa de cooperação horizontal “Nodo de Política e Comércio: Ponto Focal México”, destinado a facilitar o intercâmbio de experiências nessas áreas no Hemisfério. O Instituto serviu ademais de secretaria técnica de diversos fóruns regionais ministeriais que procuram alcançar e consolidar consensos em políticas para a agricultura, a prosperidade rural e o comércio.

Outra ação destinada ao melhoramento da competitividade agropecuária foi a promoção da metodologia “Cadeias e diálogo para a ação” (CADIAC), principalmente em países das regiões Central, Andina e do Caribe. Sua aplicação facilitou a obtenção de consensos entre os atores dos setores público e privado sobre assuntos críticos que afetam a competitividade das cadeias agroalimentares e a implementação de ações conjuntas necessárias para superá-los.

Foi iniciada a formulação de um programa hemisférico de agrobiotecnologias e biossegurança, com a definição por peritos dos países e técnicos do IICA das linhas de ação cooperativa prioritárias. O IICA facilitou a implementação efetiva do Protocolo de Cartagena sobre a Segurança da Biotecnologia e fortaleceu sua articulação com a Iniciativa Norte-Americana de Biotecnologia e o Grupo de Biotecnologia do CAS. Também se concluiu uma análise regional sobre a situação institucional das agrobiotecnologias na ALC e se colocou em funcionamento uma página na Internet especializada no assunto.

Acrescente-se ao acima exposto o acompanhamento dos processos de modernização dos sistemas de inovação tecnológica agropecuária dos países, a elaboração de estudos regionais sobre temas prioritários do FORAGRO e a consolidação do sistema regional cooperativo de inovação tecnológica por meio dos PROCI.

A crescente importância do comércio agropecuário mundial provocou o aumento da cooperação no campo da sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos (SAIA). Cumpre salientar a aplicação do instrumento “Desempenho, Visão e Estratégia” (DVE), com o objetivo de avaliar os serviços do sistema SAIA e apoiar sua modernização institucional, a fim de que contribua para o aumento dos intercâmbios comerciais agrícolas.

Deu-se continuidade à “Iniciativa das Américas em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias”, que possibilitou a participação permanente de representantes dos serviços sanitários e fitossanitários dos Estados membros no Comitê de MSF da OMC.

Consciente da amplitude dos temas relacionados com o SAIA, entre eles o da gripe aviária, o Instituto fortaleceu suas alianças e vínculos de cooperação com outras organizações como a OMS-OPAS, a Comissão do Codex Alimentarius, o OIE e a CIPF. O IICA continuou a promover e divulgar o enfoque territorial do desenvolvimento rural e a prestar apoio à gestão de políticas, mecanismos, estratégias e investimentos coerentes com esse enfoque. A ação do Instituto neste campo alcançou maior impacto graças às sinergias decorrentes do trabalho conjunto realizado com outras organizações, no âmbito tanto do Grupo Interinstitucional de Desenvolvimento Rural quanto no dos grupos interinstitucionais nacionais constituídos para abordar esse tema.

Dentre as ações que se sobressaíram na área do desenvolvimento rural, destacam-se o incentivo do IICA ao eixo estratégico de trabalho denominado “BRAMCO”, de que participam instituições de desenvolvimento rural do Brasil, México e Colômbia, e a implementação de um programa de mestrado em gestão do desenvolvimento rural. A prestação de assistência técnica, a realização de grande número de eventos de capacitação, a implementação de projetos piloto, a publicação de documentos técnicos e o trabalho com sócios estratégicos, entre eles o Rural Policy Research Institute, o Global Environmental Change and Food Systems, a UICN e a RUTA, constituíram outras ações importantes.

O desenvolvimento do capital humano continuou a ser uma das prioridades em 2005. Para atender a essa prioridade, o IICA prestou apoio aos processos de integração da educação agrícola superior, ao aumento da pertinência e da qualidade da educação agrícola e rural e ao reconhecimento e homologação de carreiras agropecuárias nas Américas. Além disso, em resposta às demandas constantes das agendas nacionais e regionais, foram organizados cursos de educação e capacitação a distância nos temas estratégicos para o desenvolvimento agropecuário e rural da ALC.

Como corolário da cooperação técnica direta, o Instituto realizou uma grande mobilização no campo da gestão da informação e do conhecimento agropecuário e rural, na tentativa de se transformar na principal referência do Hemisfério nesse campo. Para isso, modernizou sua página www.iica.int, aperfeiçoou os conteúdos técnicos, expandiu o número de assinantes do sistema de informação Infoagro (Comércio, INFOTEC, Agrossaúde, Desenvolvimento Rural, PRODAR), renovou o SIDALC, tornou visível o sistema de bibliotecas, aprimorou a gestão de publicações e fortaleceu o sistema de informação interna (Intranet e VPN).

No interesse de promover a capacidade institucional, realizaram-se quatro fóruns técnicos de alto nível e publicaram-se mais de 150 documentos, além de se ter continuado a reconhecer o desempenho do capital humano mediante a premiação da excelência.

No plano regional, além de servir de secretaria técnica de diversos fóruns ministeriais permanentes, o Instituto colaborou na facilitação e administração de plataformas e redes temáticas de profissionais e técnicos e na busca de consensos, tanto entre países quanto entre regiões, com vistas à constituição de agendas comuns.

Finalmente, em seus 34 Estados membros, a ação do IICA se resume aos programas, projetos e atividades relacionados com a promoção da competitividade, do comércio, da inocuidade dos alimentos e da sanidade agropecuária, do fortalecimento das comunidades rurais, da integração hemisférica, do desenvolvimento do capital humano, da gestão ambiental e da modernização institucional. Constituíram tarefas permanentes a preparação, execução e avaliação de projetos de investimento em desenvolvimento agrícola e rural, por meio do trabalho em equipe e intertemático, de acordo com o pensamento estratégico da instituição.